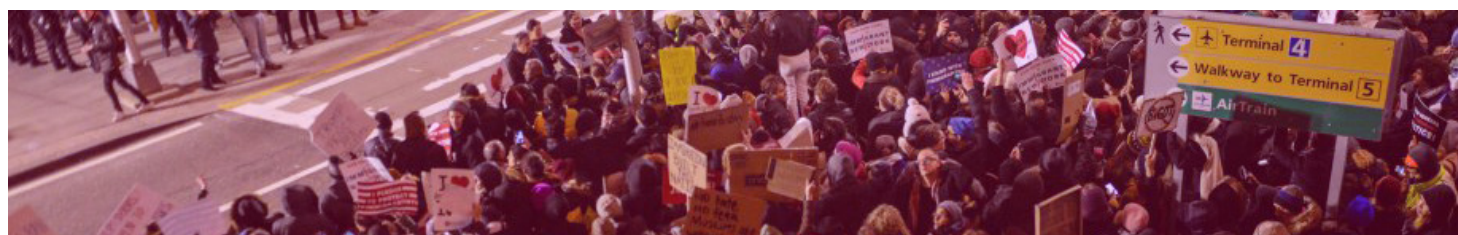


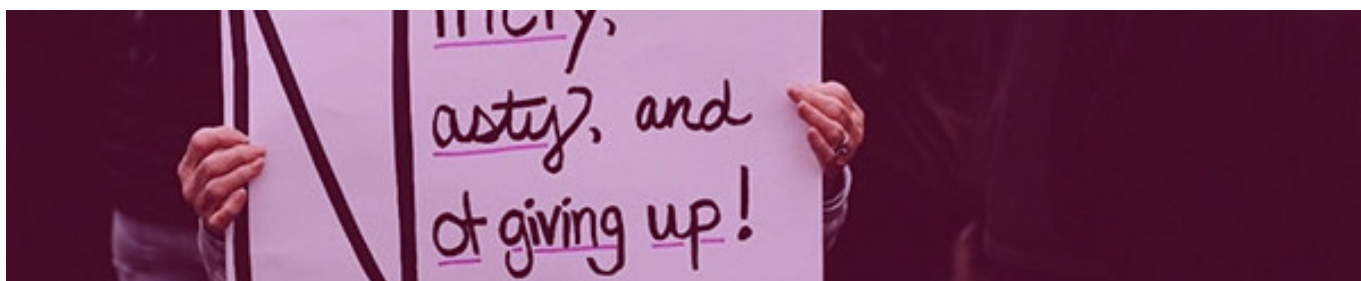
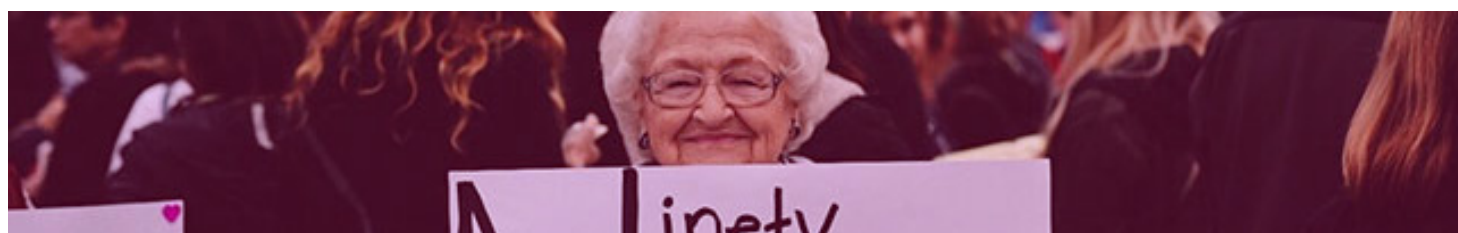
pão e cravos

Jornal de Jovens do Bloco
nº9, Março/Abril 2017



UM MÊS DE TRUMP: do Blitzkrieg mediático à organização da resistência

Miguel Heleno



Novo escudo: uma solução? Márcia Pereira

8M - Existo porque resisto. Catarina Agreira

A escola portuguesa é um espaço democrático?
Diogo Alexandre e Diogo Henriques

Moonlight: quando só resta afogar as mágoas.
Diego Garcia

Um direito ou um dever à vida?
Francisca Ferreira



ÍNDICE

página 3 // Receitas para desafiar as propinas em cinco minutos! **CNJ**
página 4 // Um mês de Trump: da Blitzkrieg mediático à organização da resistência. **Miguel Heleno**
página 6 // Um direito ou um dever à vida? . **Francisca Ferreira**
página 7 // 8M - Existo porque resisto.

Catarina Agreira
página 8 // A escola portuguesa é um espaço democrático? **Diogo Alexandre e Diogo Henriques**
página 9 // Moonlight: quando só resta afogar as mágoas. **Diego Garcia**
página 10 // Novo escudo: uma solução? **Márcia Pereira**
página 11 // Breves
página 12 // Agenda

EDITORIAL

2017 é o ano de todas as resistências. Se a eleição de Donald Trump inaugurou uma nova e perigosa ofensiva fascista no mundo, na sociedade é urgente criar um campo social que reforce uma resistência internacional à xenofobia, ao sexismo, à guerra e à exploração. Em poucas semanas, Trump assinou um conjunto de ordens executivas – a reversão do Obamacare, o corte do financiamento às ONGs que tratam das questões do aborto, a retoma da construção do oleoduto Dakota Access, o muro da fronteira com o México, a perseguição a imigrantes e o bloqueio à entrada nos EUA a cidadãos de sete países muçulmanos (Travel Ban) – que, aliados com a escolha da sua equipa supremacista branca, nos mostram que a extrema-direita chegou de novo ao poder e não está a brincar.

Este número do Pão e Cravos trata deste momento e destas resistências com duas reflexões. Uma de Miguel Heleno que nos fala da estratégia de Blitzkrieg mediática, “onde medidas autoritárias são lançadas em catadupa e de forma caricatural, impedindo o tratamento jornalístico e a discussão política, desorientando a oposição, causando incerteza e choque na opinião pública”. O que este obscurantismo versão século XXI nos revela é que ele já não assenta na falta de informação, mas sim no excesso de informação não validada. O seu propósito, diz-nos Miguel Heleno, é ocultar a quem realmente serve o seu mandato. Um outro texto, de Catarina Agreira, fala-nos do carácter misógino e sexista da política de Trump, refletindo sobre o surgimento de uma resistência feminista internacional que começou com a Women’s March on Washington e continua com a Paralisação Internacional de Mulheres a propósito do 8 de Março. Angela Davis resume, numa frase, a tarefa que temos pela frente: “Os próximos 1.459 dias da governação de Trump serão 1.459 dias de resistência: resistência no terreno, resistência nas salas de aula, resistência no trabalho, resistência na nossa arte e na nossa música”.

Nesta edição entramos também do debate da eutanásia com um artigo de Francisca Ferreira. Este é um debate que está a percorrer a sociedade portuguesa depois do Manifesto “Direito a morrer com dignidade” e que foi ajudado com a apresentação, pelo Bloco, de um anteprojeto que legaliza e regulamenta a eutanásia e o suicídio medicamente assistido. Este é um combate civilizacional de enorme importância. Como escreve

Francisca Ferreira, “a relação entre uma pessoa e a decisão sobre a sua morte dentro do seu sistema de valores, numa situação terminal, é estritamente individual e um direito humano. Neste sentido, o que se advoga é que legalmente não se imponha o dever à vida a um corpo em processo de morte e que não se puna quem, num ato de compaixão, providencie ajuda.”

Diogo Alexandra e Diogo Henriques ensaiam, nesta edição, uma resposta a uma questão fundamental: a escola portuguesa do século XXI é um espaço democrático? Traçando uma história da democracia nas escolas desde o 25 de Abril, os autores propõem um conjunto de mudanças para transformar as escolas num local de participação, em que os estudantes fazem parte dos processos de tomada de decisão. Para isso, argumentam, é preciso acabar com a centralização do poder, regulamentar o direito dos/das estudantes a fazerem greve e limitar os mandatos nos órgãos de decisão. Neste número temos ainda uma reflexão de Miguel Cardina sobre o romantismo, a utopia e a revolução na obra de Ernest Bloch, um autor que podemos inscrever no “romantismo revolucionário” que procura combinar a nostalgia do passado pré-capitalista com a esperança revolucionária num novo porvir. Em Bloch, escreve Miguel Cardina, “a utopia não remete apenas para um horizonte colocado sempre mais além. A sua presença faz-se sentir no devir humano, como presença iluminante do perfeito, do novo e do belo”.

Márcia Pereira analisa ainda a obra “A solução Novo Escudo”, de Francisco Louçã e João Ferreira do Amaral, discutindo em que medida a moeda única teve e tem um importância estruturante na economia portuguesa, e como o país se deve preparar para um cenário de rutura, antecipando cenários, problemas e soluções. Finalmente, temos ainda a crítica ao filme “Moonlight”, de Barry Jenkins, que venceu o Óscar de melhor filme e nos mostra como as questões raciais, a identidade de género, a sexualidade, a homofobia, a pobreza, a marginalização e a dependência de drogas se fazem sentir nos subúrbios americanos.

O conjunto de textos desta edição procuram mapear temas e lutas urgentes. Que eles sejam um instrumento para nos ajudar a refletir sobre tudo o que precisamos de fazer. E que é muito.

Boas leituras. Boas lutas.

RECEITAS PARA DESAFIAR AS PROPINAS EM 5 MINUTOS!

O que fazer para um Ensino Superior livre de propinas? As propinas representam nos dias de hoje um peso quase insuportável para o orçamento anual das famílias portuguesas. É do nosso entender que as propinas não devem ser um dos alicerces chave do financiamento das instituições do ensino superior. Está na identidade política do Bloco a luta contra as propinas. Nos seus já 17 anos de história é firme quanto à sua oposição às propinas. O Estado deve compartilhar o financiamento do ensino superior de modo a retirar o peso suportado pelas famílias. É esse o espírito da própria Constituição da República Portuguesa: (“Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino” – alínea e) do artigo 74ª da CRP) e que assistiu à construção do “Estado Social” em Portugal – quem tem mais, participa com mais, quem tem menos, participa com menos. A solidariedade e a justiça social não se garantem na progressividade de um qualquer pagamento dum serviço público mas sim através de uma política de impostos progressiva que garanta investimento público e redistribuição da riqueza.

De cada qual, segundo a sua capacidade; a cada qual, segundo a sua necessidade. - Karl Marx.

Segundos dados da OCDE, publicados no estudo Education at a Glance, Portugal é o país que, em percentagem, menos investe no Ensino Superior: a média da OCDE é 2,3% da despesa pública e a da União Europeia 1,9%, enquanto que Portugal não ultrapassa os 0,8%. O financiamento público ao Ensino Superior em Portugal é o menos representativo na Europa e na OCDE, representando apenas 54% (os restantes 46% ficam a cargo das famílias e dos estudantes). O valor médio na União Europeia é de 78,1% e nos países da OCDE de 69,7%.

Em 2012, as propinas representavam 18% do total da receita arrecadada, nas universidades cerca de 17% e nos politécnicos cerca de 22%. Hoje, esses números evoluíram e o resultado ditou uma média de 30% em 2015.

1. O papel dos jovens do bloco

Os jovens do bloco devem promover o debate e iniciativas que marquem a agenda das suas faculdades como de toda a comunidade estudantil ao seu redor. O tema das propinas é basilar nessa discussão. Não há discussão sobre modelo de financiamento do Ensino Superior sem falar de propinas, tal como não podemos falar de política de propinas sem ter em vista uma profunda alteração no modelo de financiamento do Ensino Superior. Esta hermenêutica cria uma certa dependência entre os próprios objetos em discussão.

A campanha nacional Anti-Propinas que a CNJ lançou é exemplo do trabalho que devemos aprofundar bem como apoiar e ajudar a organizar as redes de ativistas que existem por todo o país. É importante incorporar todos os movimentos nesta luta que impede o acesso ao conhecimento de cada vez mais estudantes em Portugal.

2. O papel do movimento estudantil

A participação dos estudantes quer seja em associações de estudantes ou em núcleos é de extrema importância para a luta no ensino superior. Só com a força de um movimento estudantil é que é possível reivindicar direitos e fazer pressão nas entidades internas e externas às Universidades nas batalhas travadas todos os dias pelos estudantes do ensino superior. Estas lutas passam não só pela luta contra as propinas como pela abolição de emolumentos bem como o travamento da Universidade enquanto fundação.

3. Os 10 mil milhões em offshores do Paulo Nuncio.

Há dinheiro, sim!

São precisos cerca 320 milhões de euros para pagar um ano de propinas. 10 mil milhões de euros que o Governo da Direita, de forma negligente ou por opção política, deixou fugir do país davam para pagar 32 anos de propinas a todos os alunos do Ensino Superior.

Coordenadora Nacional de Jovens

UM MÊS DE TRUMP: DA BLITZKRIEG MEDIÁTICO À ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA

Miguel Heleno

Após a noite eleitoral, o primeiro sinal de que de extrema-direita chegou à casa branca foi o anúncio da nomeação para conselheiro pessoal do presidente de Steve Bannon, figura do movimento “alt-right” e arquiteto da retórica xenófoba da campanha de Trump. Depois, logo que tomou posse, Trump passou ao ataque com uma série de ordens executivas: a reversão do Obamacare, o corte do financiamento às ONGs que tratam das questões do aborto, a retomada da construção do oleoduto Dakota Access, o muro da fronteira com o México, a perseguição a imigrantes e o bloqueio à entrada nos EUA a cidadãos de sete países muçulmanos (Travel Ban).

Com estas ordens executivas, juntamente com as nomeações polémicas, os discursos provocatórios, as notícias falsas e os Tweets ameaçadores na sua conta pessoal, Trump marcou a agenda e o ritmo da política neste primeiro mês, dominou a imprensa e chocou a opinião pública. Uma espécie de Blitzkrieg mediática, onde medidas autoritárias são lançadas em catadupa e de forma caricatural, impedindo o tratamento jornalístico e a discussão política, desorientando a oposição, causando incerteza e choque na opinião pública.

A estratégia de Blitzkrieg mediática tem dois objetivos. O primeiro é a normalização da agenda ultra-



conservadora que, apesar de vencedora no partido republicano, é minoritária na sociedade americana. Ao lançar ataques em várias direções, Trump dá como facto consumado o seu modelo de governação supraconstitucional e traz o absurdo para o centro do debate político. O segundo, como em todos os regimes autoritários, é ocultar os interesses que controlam o poder político. Para isso, Trump apresenta-nos um obscurantismo versão século XXI, que já não assenta na falta de informação, mas sim no excesso de informação não validada. O propósito é ocultar a quem realmente serve o seu mandato. Trump foi incumbido da dura missão de satisfazer simultaneamente a burguesia industrial americana, através do modelo protecionista de reindustrialização, e os poderes da finança (a nomeação de Steven Mnuchin para o Tesouro é a prova de que as críticas a Wall Street durante a campanha não são para levar a sério). A história recente já nos mostrou que equilibrar estes dois pratos da balança só é possível com um saque aos recursos energéticos, com o controlo do preço do petróleo, com um crescimento da indústria do armamento e com uma política de guerra eficaz. Voltou o sonho da direita americana. A Blitzkrieg mediática é a sua nova cara autoritária, que normaliza a violência, descredibiliza a imprensa e diminui a democracia. É ingénuo pensar que a destruição causada por Trump criará por si as condições para uma viragem à esquerda no final do mandato. Quatro anos de obscurantismo e xenofobia só aumentarão o medo e tornarão mais difícil a luta política. Sem falar que mais quatro anos de política de petróleo podem criar danos irreversíveis no planeta e no acesso a recursos no futuro. É, portanto, urgente organizar a resistência e preparar o futuro.

Voltou o sonho da direita americana. A Blitzkrieg mediática é a sua nova cara autoritária, que normaliza a violência, descredibiliza a imprensa e diminui a democracia.

A marcha das mulheres, dinamizada sobretudo por grupos feministas, coletivos que ficaram do Occupy e pelo Black Lives Matter, marcou o início de uma era de movimentos anti-Trump, que é importante fortalecer. Por outro lado, os advogados que, no chão dos aeroportos, encetaram uma batalha jurídica contra o Travel Ban, mostraram que nenhum instru-



mento deve ser desperdiçado para parar a violência que chega da casa branca. Todavia, nem o “fuck Trump” dos protestos nem a constituição americana são um programa político e desta vez pede-se mais à esquerda americana. Bernie Sanders mantém o seu movimento (Our Revolution), naquilo que parece um esforço inglório para conquistar o Partido Democrata. Esta estratégia, mesmo em caso de vitória, não dará a Sanders mais do que um partido burocratizado, descredibilizado junto da classe trabalhadora e sem cultura de militância. Sanders ainda vai a tempo de reorientar a estratégia, unir esforços à esquerda (com os Verdes de Jill Stein) e lançar as bases de um movimento que realmente rompa com o bipartidarismo e crie uma verdadeira alternativa democrática a tudo o que Trump representa.

UM DIREITO OU UM DEVER À VIDA?

Francista Ferreira

“Uma liberdade que tira a vida não é liberdade. Uma vida que tira a liberdade não é vida.”

Ramón Sampredo

Os debates em torno das questões da eutanásia e morte medicamente assistida não são novos nas sociedades contemporâneas. São debates complexos que esta abordagem não pretende esgotar, embora valha a pena lembrar as questões fundamentais e cruciais que eles convocam. O modo como cada pessoa reflecte e concebe a morte e a forma de morrer é muito diferente. As sociedades no seu todo devem intervir nesses momentos de reflexões individuais, salvaguardando, sem demagogias, um processo de reflexão através de um amplo debate nacional público e político, como o que está a acontecer neste momento em Portugal.

Neste contexto, Laura Ferreira dos Santos, cofundadora do Movimento Cívico para a Despenalização da Morte Assistida,¹ a partir de Rachels (1987)², fez referência a dois conceitos centrais na interpelação a estas questões: vida biológica e vida biográfica. As sociedades ocidentais, muito influenciadas pela igreja católica, têm vindo a privilegiar a vida biológica em detrimento da vida biográfica. No entanto, uma sociedade e um estado laicos não podem ter o poder de impor uma concepção da vida, seja ela biográfica ou biológica, a ninguém. A decisão sobre o fim de vida, está relacionada com o sentido e o valor morais que cada um/a atribui às suas várias dimensões, nomeadamente no que diz respeito à sua vida biográfica e narrativa pessoal.

A questão que se coloca no centro da discussão é se podemos ou não ter o direito de escolher, livre e conscientemente, a vida que queremos ter quando estamos a morrer numa situação de sofrimento físico profundo, e se nesta condição podemos ou não ter o direito a pedir auxílio para termos uma morte tranquila, digna e antecipada. A despenalização impediria a aplicação de pena a pessoas que auxiliassem nesse pedido, mas apenas a regulamentação permitirá formular uma resposta efectiva a este direito de poder abreviar a morte de um modo assistido, balizando de forma rigorosa em que casos é que o suicídio medicamente assistido poderia vir ou não a ser aplicado. Uma regulamentação médica precisamente para que os profissionais de saúde possam apurar e avaliar o estado dos/as doentes e, poste-



Manifestante com cartaz a favor da eutanásia, em que se lê "dêem-me liberdade na minha morte"

riormente, informar corretamente o/a paciente, a fim de que a sua decisão individual seja finalizada de uma forma completamente informada e consciente. Sobre o papel do médico neste processo, haverá opiniões muito diferentes, mas o anteprojeto de lei apresentado pelo Bloco de Esquerda, no dia 15 de fevereiro na Assembleia da República, prevê total liberdade de consciência e decisão aos profissionais de saúde em qualquer apelo do doente à sua intervenção aquando de um pedido de eutanásia ou morte assistida.

A relação entre uma pessoa e a decisão sobre a sua morte dentro do seu sistema de valores, numa situação terminal, é estritamente individual e um direito humano. Neste sentido, o que se advoga é que legalmente não se imponha o dever à vida a um corpo em processo de morte e que não se puna quem, num ato de compaixão, providencie ajuda. Com isto, quer-se dizer que regulamentando a eutanásia e a morte assistida, abrir-se-á uma opção para as pessoas que não querem prolongar processos de doenças terminais, incuráveis, fatais e de sofrimento duradouro e insuportável. Manter-se-á aberta a opção de prolongamento da vida através do acesso a cuidados de saúde, como por exemplo dos cuidados paliativos, e é por isto que a questão da eutanásia difere da questão do acesso aos cuidados paliativos. Ambas dizem respeito a decisões livres, individuais e distintas de fim de vida. Não cabe ao colectivo impor convicções morais e éticas a nenhum ser humano e, de acordo com este princípio, o testamento vital não cumpre na totalidade o direito à autodeterminação.

Numa sociedade democrática, pluralista e justa, a imposição de uma visão sobre o fim de vida de uma parte sobre a outra é por si só uma acção opressora, injusta e castradora das liberdades e dignidade individuais. Neste caso, será sempre uma sociedade intolerante, uma sociedade que pune o pluralismo moral e que coloca em causa a liberdade de escolha e autodeterminação de cada cidadão e cidadã.

8M - EXISTO PORQUE RESISTO

Catarina Agreira



Foto por Flora Negri, na Marcha das Vadias no Recife, Brasil

Para abordar a mediatização do movimento feminista dos últimos seis meses, é importante falar da eleição presidencial norte-americana. O mero facto de Donald Trump, 45º Presidente dos EUA, ser um conhecido misógino é preocupante. Ainda mais preocupante tal se torna quando se observa que a sua campanha foi construída com base no medo e no ódio. Trump é porta-voz de uma mensagem xenófoba, homofóbica, transfóbica, anti-imigração e defensora do patriarcado branco que, pela sua eleição, se viu legitimada. Mais que ser o porta-voz desta mensagem, Trump tem tomado ações na sua perseguição ativa: desde o afamado “muslim ban” que proibiu a entrada de cidadãos de sete países de maioria muçulmana, até ao mais recente ataque aos direitos de jovens trans, ao limitar o seu poder de decisão sobre que casa-de-banho usar.

Alguém cujas posições atacam tão diretamente direitos arduamente conquistados está fadado a gerar contestação. Porém, ao visar tantos grupos distintos, Trump também permitiu a proeza de nos juntar sob uma bandeira comum. Imediatamente após ser conhecido provisoriamente o resultado do ato eleitoral, mulheres e ativistas juntaram-se para organizar um protesto em Washington D. C. no dia anterior ao da tomada de posse: nasceu assim a Women’s March on Washington. Este movimento civil espalhou-se por todo o país, agregando vários coletivos que se revissem nos seus princípios unitários inclusivos: a luta pelo fim de todas as formas da violência de género e racial, pelos direitos reprodutivos da mulher, pelos direitos

LGBTQIA+, pelos direitos dxs trabalhadorxs, pelos direitos civis, pelos direitos de imigrantes e refugiadxs, pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência, por uma justiça ambiental efetiva. Chegados a 20 de Janeiro, centenas de milhares saíram à rua: em Washington, mais de 500 mil pessoas saíram à rua; em Portugal saímos à rua; no mundo, em 673 lugares, mais de 5 milhões de pessoas saíram à rua e disseram “NÃO” a tudo o que Trump representa.

Este momento marcou o início do ano de 2017 como um ano a ser preenchido por um novo movimento feminista internacional. A capacidade mobilizadora do mês de janeiro não se deve esboroar sob ação sem consequência. Por este motivo, as organizadoras da Women’s March lançaram uma campanha global de 10 ações em 100 dias. Para o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, foi convocada uma Paralisação Internacional de Mulheres (A Day Without a Woman), apelando a que todas as mulheres se coletivizem e façam a sua ausência sentida no trabalho, no lar e na sociedade.

Este é um apelo urgente e é sobretudo um apelo à transformação social. Sairemos à rua porque a responsabilidade dos trabalhos domésticos não pode recair apenas sobre nós e merece ser recompensada; sairemos à rua porque os salários dos homens

“Os próximos 1.459 dias da governação de Trump serão 1.459 dias de resistência: resistência no terreno, resistência nas salas de aula, resistência no trabalho, resistência na nossa arte e na nossa música” Angela Davis

ainda são superiores aos nossos; sairemos à rua porque a violência doméstica ainda existe, e os agressores são muitas vezes galardoados com impunidade; sairemos à rua porque não somos objetos sexuais a bel-prazer de um consumidor; sairemos à rua porque estamos exaustas de assédio sexual, moral, psicológico; sairemos à rua porque todas as mulheres do mundo, independentemente do seu país de origem, são legais e humanas e dignas.

“Os próximos 1.459 dias da governação de Trump serão 1.459 dias de resistência: resistência no terreno, resistência nas salas de aula, resistência no trabalho, resistência na nossa arte e na nossa música” Angela Davis

A ESCOLA PORTUGUESA É UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO?

Diogo Alexandre e Diogo Henriques

Para abordar a mediatização do movimento femiDe-
pois de sairmos de um período de deterioramento
do ensino público, causado pelo governo PSD e CDS,
sentimos hoje uma abertura à possibilidade de
construirmos uma escola pública melhor. Nesta dis-
cussão, levanta-se uma questão muito importante:
existe ou não democracia no espaço escolar? É pos-
sível fazer-se uma gestão democrática das escolas?
A partir da Revolução de Abril os movimentos estu-
dantis alcançaram importantes conquistas nas suas
lutas, desde a legalização das AE (Associações de
Estudantes), à criação do dia nacional do estudante
e muitas outras reivindicações que contribuíram
para a construção de uma escola mais democrática
em Portugal. No entanto, nos últimos 10 anos houve
um enorme retrocesso nas lutas estudantis, fruto de
políticas que criaram uma carga horária excessiva
e que, deste modo, afastaram os e as jovens da luta
estudantil, políticas essas vindas dos sucessivos
governos que sufocaram qualquer forma de movi-
mento contestatário e qualquer poder de decisão jo-
vem no ensino e no espaço escolar. As massas estu-
dantis progressistas de esquerda que se mobilizam
por soluções para os problemas dos estudantes, do
ensino e do próprio país, são cada vez menos ativas
e presentes, senão quase inexistentes.

Toda a esperança inspirada por estes movimentos
dos anos 70, 80 e 90, desfez-se nestes últimos 10
anos, resultando na situação atual da democracia
no ensino. Atualmente não existe democracia no
espaço escolar! Não temos democracia pois os estu-
dantes, na maioria das escolas, não podem votar para
eleger os seus representantes no conselho execu-
tivo e em grande maioria dos casos, é lhes omitida
a existência deste cargo! Não temos democracia na
escola porque na maioria das escolas os alunos não
têm representação no Conselho Pedagógico (conse-
lho que monitoriza as orientações pedagógicas e os
métodos de ensino e de avaliação da escola).

Mas acima de tudo, não existe democracia no es-
paço escolar pois os jovens não têm a possibilidade
de decidir na sua escola, porque não têm o direito a
escolher e se pronunciar sobre o que acham mel-
hor para o seu espaço e porque não lhes é dado voz
suficiente para intervir na vida escolar.

Como estudantes, achamos imperativo, para que
exista de facto democracia nas escolas, as se-
guintes reivindicações:

- Acabar com a centralização do poder – Numa
democracia deve haver espaço para a intervenção

e decisão de todos e todas. Portanto, é inadmissível
que tenhamos uma escola onde a/o diretor(a) con-
trole e decida tudo sem que os estudantes tenham a
oportunidade de se pronunciar e que não possam votar
nessa decisão. É importante acabar com esta centra-
lização e burocratização do poder da direção na escola,
para que seja aberta a porta a uma escola de todxs,
para todxs onde todxs têm o direito de decidir.

- Direito do estudante a fazer greve – É importante
que os estudantes, tal como os funcionários (do-
centes e não docentes), tenham o direito a fazer
greve face às injustiças e o direito a se manifesta-
rem quanto aos problemas da sua escola ou do en-
sino. O direito de reivindicar é uma das bases para
uma escola democrática.

- Limitar os mandatos dos membros do Conselho
Geral e da Direção da escola – existem escolas em
Portugal que mantêm os mesmo diretores e mem-
bros do CG da escola há décadas! Caso não seja
imposto um limite no número de mandatos, como
acontece em muitos casos, acaba por haver uma
apropriação destes cargos e do seu poder, durante
décadas, pelas mesmas pessoas.

As escolas, infelizmente, estão mais viradas para
que todas as disciplinas cumpram os currículos,
e para obter boa posição no ranking municipal,
regional e/ou nacional, do que propriamente para
criarem uma escola íntegra. O ensino atual está
estruturado e pensado para discriminar, para que
apenas aqueles que correspondem à norma sejam
bem sucedidos, partindo do princípio que somos
todos iguais e que vivemos em contextos sociais
iguais. Esta é a maior forma de discriminar!

O conselho executivo quer olhar para a escola como
ela é vista por fora e não como é por dentro. Há uma
série de problemas que devem ser solucionados. É
inadmissível que, mais de 40 anos depois de ter-
mos um Portugal democrático, ainda existam uma
série de burocracias que atualmente acontecem. “A
escola está a transformar-se num centro de prepa-
ração para exames” (J. Mortágua) e não num espaço
de aprendizagem, de amadurecimento dos jovens e
formador de cidadãos e cidadãs conscientes e vira-
dos/as para o progresso! Este tipo de ensino está a
frustrar os jovens e a formatar mentes que podiam
ser criativas e interventivas.

Chega de pensar num ensino para alguns, basta de
não podermos, enquanto estudantes, decidir sobre
o nosso espaço, a nossa escola! Basta de ouvir e
calar. Temos que ouvir e reivindicar. Afinal, somos
pessoas, somos cidadãos e cidadãs! Temos o mes-
mo direito de lutar, de decidir e de intervir como
qualquer outro, independentemente da nossa idade.

MOONLIGHT: QUANDO SÓ RESTA AFOGAR AS MÁGOAS.

Crítica por Diego Garcia

Moonlight foi o filme que destronou a superprodução de Hollywood para os Óscares de 2017, *La La Land*. Moonlight é uma produção independente e autobiográfica, com um orçamento menor em comparação com os restantes filmes nomeados. A sua narrativa centra-se principalmente na luta racial, identidade de género, sexualidade, homofobia, pobreza, marginalização e dependência de drogas. O filme lembra que ter uma orientação sexual diferente da norma ainda continua a ser alvo de um grande preconceito, dentro e fora da comunidade negra. O filme decorre maioritariamente em Miami e um pouco em Atlanta. O realizador Barry Jenkins permite-nos acompanhar a vida do protagonista em três fases. Primeiro, em criança, onde é apelidado de Little, uma criança inocente e desconfiada. Durante a infância, Little encontra as únicas pessoas que o libertam da opressão interna/emocional de que é alvo: o traficante Juan e a sua mulher Teresa. Nesta fase, marcada pela toxicodependência da sua mãe solteira, surgem os primeiros questionamentos do protagonista acerca da sua identidade sexual. Na adolescência, começa a ser tratado por Chiron, o seu verdadeiro nome. Chiron é um jovem que vive com a angústia e as mágoas do seu passado, fruto da relação complicada que tinha com a sua mãe e do constante bullying que continua a sofrer na escola. É neste período que se aproxima de Kevin, seu único amigo de infância, com quem tem a sua primeira experiência sexual, precisamente na mesma praia onde costumava ir com Juan, quando era mais novo. O mesmo Kevin que, numa situação de con-

fronto com o maior bully da escola, viria a agredir violentamente Chiron, num episódio que determinará o seu afastamento do subúrbio que o viu crescer.

Dez anos mais tarde, Chiron adopta para si o nome Black, pelo qual o tratara Kevin, na adolescência), vive em Atlanta, a mesma cidade onde a mãe se encontra num centro de reabilitação. Em Atlanta, encontramos um jovem adulto em tudo oposto ao rapaz franzino que fora Chiron. Black é um homem alto, musculado e solitário; trafica droga e leva uma vida que é, aparentemente, em tudo semelhante à de Juan. É nesse momento que recebe um inesperado telefonema de Kevin, que o levará a revisitar memórias e cicatrizes do passado.

Reduzir Moonlight a um filme pobre e com pouca relevância seria um erro gravíssimo. Não falta nuance, não falta franqueza emocional, não falta solidão nem ansiedade por uma catarse, para tanto sofrimento reprimido. Importa destacar a fabulosa performance dos três atores que “dão vida” a Chiron nas três fases e dimensões da sua vida. Três atores diferentes, para uma mesma personagem que é perfeitamente representada. Desde a sexualidade, à classe social, oportunidades de vida, toxicodependência, criminalidade, preconceito, discriminação ou bullying, Moonlight aborda uma série de questões delicadas e complexas com uma simplicidade aguda e eficácia tremenda. Todas estas dimensões de marginalização se cruzam na construção desta personagem, impedida de viver a infância feliz e confiante a que todas e todos temos direito.



Cena do filme Moonlight, de Barry Jenkins



NOVO ESCUDO: UMA SOLUÇÃO?

Crítica por Márcia Pereira

Em A Solução Novo Escudo, Francisco Louçã e João Ferreira do Amaral estudam quais os cenários nos quais Portugal poderia abandonar o Euro, observando as suas principais configurações políticas e as suas implicações legais, como se procederia à criação de uma nova moeda nacional, como seria gerido o processo de saída, qual o impacto sobre a inflação e contas públicas nacionais fruto da instituição de uma nova moeda naturalmente mais fraca do que o Euro – prevendo-se também assim uma desvalorização da dívida pública portuguesa –, isto tudo partindo do pressuposto de que Portugal saiu ontem do Euro.

Com a criação de uma união económica e política de países, com o estabelecimento de instituições supranacionais independentes, a instituição de um mercado comum com livre circulação de bens, pessoas, capitais e serviços, com um conjunto de políticas comuns – desde políticas agrícolas a políticas de concorrência –, e que lança uma união monetária (à exceção da Dinamarca e, durante pouco mais tempo, do Reino Unido), que impõe determinados critérios de convergência sobre as contas nacionais de cada membro, dá-se origem a uma relação de profunda interdependência entre Estados. Sendo esta complexa relação de subordinação da autonomia de cada nação a regras e políticas comuns algo totalmente pioneiro na história mundial, torna-se eminente estudar os efeitos do seu potencial desmantelamento – cujo alcance mínimo pode ser da saída de um país, por exemplo –, e quais as suas consequências económicas, políticas e sociais. À luz da crise da dívida pública da Zona Euro, observámos muitos países – como a Grécia ou Portugal – a colocar em causa o bem-estar das suas populações e os seus direitos primários enquanto cidadãos em benefício de políticas económicas recessivas que elevam o pagamento de juros exorbitantes e o investimento estrangeiro, colocando como soberanos os mercados financeiros, fruto de programas de resgate europeus. Neste sentido, as consequências de uma potencial saída do Euro tomam um novo grau de relevância que é somado

ao já existente, surgindo-nos como uma solução possível face ao denegrir das condições de vida das populações.

Mais recentemente, em 2016, observámos a colocação de um referendo no Reino Unido acerca da sua saída da União Europeia, em que a população se manifestou a favor do abandono desta área económica e política comum. E quais serão as mudanças na dinâmica da União Europeia após a saída de um dos países que mais contribui para o financiamento de fundos europeus? Quais as implicações legais de uma saída desta união?

Desde a sua criação até aos tempos que correm, estudar a saída do euro não perdeu a sua importância, muito pelo contrário: tornou-se urgente. E não só ganhou urgência analisá-lo, mas igualmente estudar um plano de contingência para os países mais afetados pelas políticas de austeridade impostas às nações, políticas estas que rejeitamos totalmente pelo seu carácter deteriorante e nefasto.

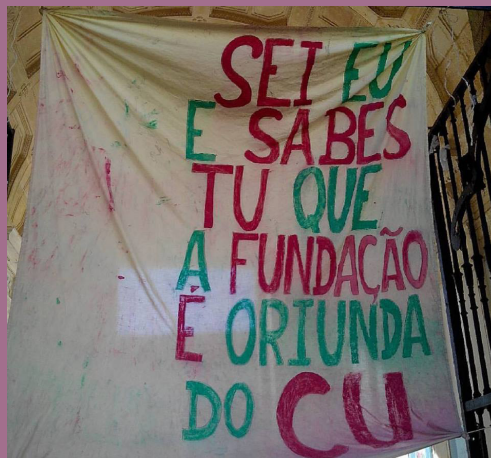
Colocando o interesse público e, acima de tudo, a democracia como soberana em detrimento dos interesses económicos europeus, os autores pretendem apresentar uma «alternativa praticável», essencial para a formação de uma opinião pública forte. Para isto, sendo que as questões monetárias e económicas são constantemente elitizadas pelos especialistas, afastando-as do debate público, pretendem dar a conhecer quais seriam realmente os passos a caminhar para a saída da união monetária que integramos atualmente, analisando quem ganharia, quem perderia, e como «melhorar a parada», assumindo a eventual saída.



BREVES

Luta contra o Regime Fundacional

Na passada semana de 13 a 20 de fevereiro teve lugar em Coimbra, pela mão das suas Repúblicas, um conjunto de iniciativas dedicadas à luta contra o Regime Fundacional. Estas iniciativas, que aconteceram sob a forma de debates, concentrações, performances teatrais, e tertúlias, visaram alertar a comunidade para os perigos da passagem a Fundação e mobilizar resistências. O Bloco de Esquerda associa-se à luta anti-fundação e, já em dezembro passado, estudantes e professores do Bloco uniram esforços numa iniciativa pública em Coimbra de denúncia do processo fundacional.



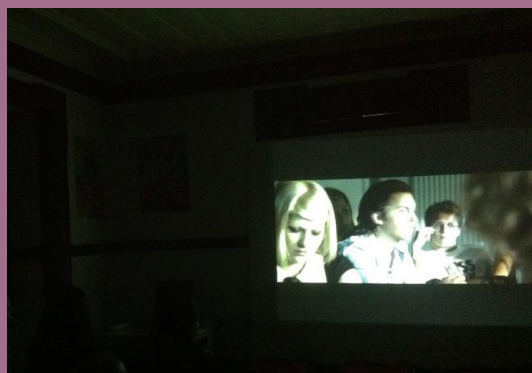
Conversa e música em Carregal do Sal

Dia 11 de fevereiro os jovens do Bloco de Esquerda de Viseu promoveram uma conversa em Carregal do Sal que juntou vários/as ativistas e militantes do distrito para conversar sobre precariedade. A sessão, que contou com a participação do Zé Soeiro, deputado do Bloco à Assembleia da República, abordou as principais dimensões do trabalho sem direitos e apontou formas de transformar a nossa revolta em ativismo. A noite terminou ao som da rockalhada dos sonhos rotos, banda de créditos firmados em Carregal do Sal.



Cinema com Sentido

No dia 22 de fevereiro os camaradas da Covilhã juntaram-se na sua sede concelhia para discutir o crescimento da extrema-direita e do populismo no mundo, e as respostas necessárias à esquerda por uma alternativa socialista e de solidariedade internacional. Esta conversa foi apoiada pela projecção do filme A Onda, de Dennis Gansel, sobre uma experiência na qual um sistema fascista é instalado numa sala de aula, no contexto do ciclo "Cinema com Sentido".



AGENDA

Especial 25 de abril

Dias da Memória

25 Abril | 10h às 20h

Recolha de testemunhos e receção de objectos.

Uma parceria do Museu do Aljube e do IHC

Visitas Orientadas ao Museu do Aljube

Lisboa | 11 Março | 15h

Com Judite Álvares.

<http://www.museudoaljube.pt/>

Vidas Prisionáveis

Depoimentos de ex-prisioneiros políticos
e resistentes à Ditadura

Museu do Aljube | Lisboa

8 de Março com Margarida Tengarrinha

19 de Abril com Diana Andringa

Intelectuais e artistas da resistência:

Adriano Correia de Oliveira

16 Março | 18h

Museu do Aljube | Lisboa

Com a presença de Manuel Freire

Sessão "Zeca Afonso, professor"

11 de março | Casa da Cultura Setúbal

Exposições que assinalam 30 anos

da morte de Zeca Afonso

"Desta canção que apeteço", exposição

sobre a obra discográfica de José Afonso

"Geografias de uma vida",

"30 anos da AJA"

Exposições patentes em Évora, Mira-Sintra,

Santarém, na Fundação Oriente, em Lisboa,

Abrantes, Almada, Santo André, Santiago

do Cacé, no Théâtre Molière (Bruxelas),

Leiria, Évora, Setúbal e Faro.

25 de Abril

Manifestações populares pela Liberdade
e Democracia

Agenda

Teatro - Faz escuro nos olhos,

Teatro GRIOT

Coimbra, Teatro da Cerca de São

Bernardo, 21h30, 16 de março

Sessão de esclarecimento:

Vieira livre de petróleo

Com Ricardo Vicente.

Organização: Peniche Livre de Petróleo.

Marinha Grande, Praia da Vieira

Biblioteca de Instrução e Recreio,

21h, dia 17 de março

VI Conferência Nacional de Jovens

do Bloco de Esquerda – Coimbra,

Escola Secundária Avelar Brotero

18 e 19 de março

Ciclo de debates Pensar o Socialismo -

Daniel Bensaid

Lisboa, sede nacional do Bloco, rua

da Palma 268, 21h

24 de Março

Festival Feminista do Porto

14 a 25 de março

Ciclo de debates Pensar o Socialismo -

Angela Davis

Lisboa, sede nacional do Bloco, Rua da

Palma 268, 21h

7 de abril

Marcha Animal 2017 em Lisboa

15h - Concentração Campo Pequeno

16h - Início da Marcha

8 de abril